

ECONOMIA

DISTRITO FEDERAL - Agricultura

Com objetivo de obter financiamento, produtor deve pedir inclusão do imóvel em licitação

Crédito para agricultores

LUCIANO PIRES
DA EQUIPE DO CORREIO

Um acordo firmado entre a Secretaria de Agricultura, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), o Banco do Brasil e a Terracap permitirá que o dinheiro necessário para o plantio da safra 2007/2008 chegue ao bolso do produtor. Depois de meses de negociação, cerca de mil agricultores que têm contratos de arrendamento vencidos ou em transferência poderão tomar empréstimos e, com isso, iniciar os preparativos da terra antes da chegada das chuvas.

Para ter acesso às linhas de crédito, o homem do campo deve procurar a gerência de controle de contratos e arrecadações da Secretaria de Agricultura. A condição para fechar o contrato é formalizar o pedido de inclusão do imóvel rural no processo de licitação que o governo local ainda prepara — o edital será lançado até o fim deste ano. A Terracap emitirá o termo de anuência — documento exigido pelo banco para liberar o recurso. “O problema está solucionado. Quem não dispunha de crédito agora tem essa opção”, disse Marcos Antunes, subsecretário de administração e fiscalização fundiária da Secretaria de Agricultura.

A questão que envolve os imóveis rurais do DF é polêmica. Desde 2005, quando o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) determinou que a licitação deveria ser a única ferramenta legal capaz de regularizar a ocupação do solo produtivo no DF, agricultores, governo e repre-

“
É UM TIRO
NO ESCURO O
AGRICULTOR TER DE
COLOCAR O IMÓVEL
DISPONÍVEL PARA
A LICITAÇÃO, SEM
SABER EXATAMENTE
QUAIS SERÃO OS
CRITÉRIOS DA
CONCORRÊNCIA”

Renato Simplício,
Presidente da Federação de
Agricultura e Pecuária do
Distrito Federal (Fape)

sentantes do Ministério Público tentam buscar uma solução. No fim do ano passado, o edital chegou a ser lançado, mas por falta de consenso a concorrência pública não ocorreu.

Instalados em áreas pertencentes à Terracap, cerca de 3,5 mil produtores plantam ou criam há décadas em regime de arrendamento. Os contratos de uso e exploração foram assinados quase que simultaneamente à construção de Brasília e tiveram como

função social promover a atividade rural onde antes só havia Cerrado. Segundo dados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), a área rural do DF é de 421.352 hectares, sendo que a parte agricultável ocupa 188.199 hectares. Entre as principais culturas estão soja, milho, feijão e hortaliças.

Crítica

Para a Federação de Agricultura e Pecuária do Distrito Federal (Fape), a regularização da terra é necessária e urgente. Os agricultores reclamam, no entanto, da demora na definição dos critérios para a licitação. De acordo com Renato Simplício, presidente da entidade, a solução encontrada pelas autoridades e o Banco do Brasil é um avanço, deve ser comemorada, mas ainda está longe de ser a ideal. “O problema está resolvido em termos. Muita gente não tem escolha e terá de pegar o empréstimo, mas a verdade é que a forma de acesso ao crédito não é das melhores”, afirmou.

Os produtores criticam a exigência de assinar um contrato disponibilizando a terra para o processo licitatório. Segundo eles, não é justo condicionar o financiamento à aceitação de uma ação que ainda não está totalmente definida. “É um tiro no escuro o agricultor ter de colocar o imóvel disponível para a licitação sem saber exatamente quais serão os critérios da concorrência”, completou Simplício. A Secretaria de Agricultura discorda e reforça que a licitação está sendo discutida em conjunto com os produtores sem pressa, surpresas ou atropelos.

Embrapa/Divulgação



ÁREA AGRICULTÁVEL: ACORDO GARANTE EMPRÉSTIMO AOS PRODUTORES ANTES DA CHEGADA DAS CHUVAS